



Conselho Comunitário  
de Segurança - RJ

# Relatório

II Fórum Permanente dos Conselhos  
Comunitários de Segurança



# Relatório

II Fórum Permanente dos Conselhos  
Comunitários de Segurança

RIO DE JANEIRO

2025





Cláudio Castro  
**Governador**

Thiago Pampolha  
**Vice-governador**

Victor dos Santos  
**Secretário de Estado de Segurança Pública**

Marcela Ortiz  
**Diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública**

Leonardo Vale  
**Vice-presidente do Instituto de Segurança Pública**

#### **Elaboração**

Gustavo Matheus  
Paulo Leite Junior  
Maria Eduarda Pereira  
Rodrigo Veillard  
Diego Gimenes  
Íris Amorim

#### **Revisão de texto**

Bianca Garcia  
Laura Mariana da Costa

#### **Capa, projeto Gráfico e diagramação**

Isabella Rosa

#### **Equipe**

Alcides de Jesus  
Alessandra Patrício  
Alexandre de Souza  
Anderson Assum  
Andre Andrade  
André Regato  
Antônia Luiza  
Antônia Xavier  
Caio Marcelo de Almeida  
Carlos Eduardo França

Carlos Maciel  
Carolina Luz  
Cláudia Peçanha  
Claudius Ferreira  
Cristiana de Menezes  
Daniel Roque  
Danley Alves  
Diego Torres  
Edson Jorge de Moura  
Emmanuel Rapizo  
Erick Lara  
Estefany Ventura  
Fernanda Messina  
Giovanna Lomba  
Hannah Vaz  
Igor Gomes  
Isabella Goulart (Estagiária)  
Janaína Reis  
João Paulo de Seixas  
Jonathan de Paiva  
Jonathan Lima  
Júlio César da Cunha  
Karina Nascimento  
Leonardo Peres  
Livia Fontes

Lívia Floret  
Lucas Braga (Estagiário)  
Luciana Moura  
Luciano Gonçalves  
Luiz Alberto  
Luiz Henrique Lavinias  
Luiz Paulo Walcyr  
Maria Cecília Pilão  
Mariana Pereira  
Marlon Knupp (Estagiário)  
Nathália Santos  
Nathalya Moreira  
Nathan Almeida  
Nicoly Albuquerque (Estagiária)  
Priscila Marques  
Ricardo Junqueira  
Ricardo Pantoja  
Rosângela Feliciano  
Sávio do Nascimento  
Soraya Graça  
Tais Damasceno  
Tais Oliveira (Estagiária)  
Tatiane Monção  
Thais Lucien  
Vanessa Cardozo  
Vanessa Ferreira  
Wagner Duarte

## HIERARQUIA INSTITUCIONAL

### INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Imagem 1 – Diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública  
(Dra. Marcela Ortiz)



Foto: Isabella Rosa

Imagem 2 – Vice-presidente do Instituto de Segurança Pública  
(Coronel Leonardo Vale)



Foto: Isabella Rosa

Imagem 3 – Coordenador da Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança (Major Gustavo Matheus)



Foto: Isabella Rosa

Imagem 4 – Equipe da Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança



Foto: Acervo CCS

## **LISTA DE SIGLAS**

**AISP** – Áreas Integradas de Segurança Pública

**ADPF** – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

**ALERJ** – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

**BPM** – Batalhão de Polícia Militar

**CCOMSOC** – Coordenadoria de Comunicação Social da Polícia Militar

**CCCI** – Conselhos Comunitários Cidade Integrada

**CCS** – Conselhos Comunitários de Segurança

**CEDAE** – Companhia Estadual de Águas e Esgotos

**CIA** – Companhia

**CIOSP** – Centro Integrado de Operações de Segurança Pública

**COE** – Comando de Operações Especiais

**CONSPERJ** – Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio de Janeiro

**COPOM** – Centro de Operações da Polícia Militar

**CORE** – Coordenadoria de Recursos Especiais

**COVANT** – Coordenadoria de Veículos Aéreos Não Tripulados

**DEAM** – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

**DP** – Delegacia de Polícia

**DPO** – Destacamento de Polícia Ostensiva

**EPI** – Equipamento de Proteção Individual

**GSI** – Gabinete de Segurança Institucional

**IML** – Instituto Médico Legal

**ISP** – Instituto de Segurança Pública

**MPRJ** – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

**NEAM** – Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher

**OCR** – Optical Character Recognition (Reconhecimento Ótico de Caracteres)

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PCERJ** – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

**PF** – Polícia Federal

**PGE-RJ** – Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

**PMERJ** – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

**RISP** – Regiões Integradas de Segurança Pública

**SBT** – Sistema Brasileiro de Televisão

**SEAP** – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

**SEARP** – Sistema Estadual de Aeronaves Remotamente Pilotadas

**SECC** – Secretaria de Estado da Casa Civil

**SEI** – Sistema Eletrônico de Informações

**SEPM** – Secretaria de Estado de Polícia Militar

**SEPOL** – Secretaria de Estado de Polícia Civil

**SESP** – Secretaria de Estado de Segurança Pública

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**SSP** – Secretaria de Segurança Pública

**TJRJ** – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

**TRF** – Tribunal Regional Federal



# SUMÁRIO

<b>1. Apresentação</b> .....	<b>10</b>
<b>2. Solenidade de abertura</b> .....	<b>15</b>
2.1. Kit boas-vindas .....	20
<b>3. BLOCO 1 – Panorama dos CCS</b> .....	<b>21</b>
<b>4. RELATORES (Demandas dos CCS)</b> .....	<b>26</b>
4.1. Relatório RISP 1 - Relatora Adriana Affonso .....	30
4.2. Relatório RISP 2 - Relator Marivaldo Sales .....	34
4.3. Relatório RISP 3 - Relator Isaac Lima .....	36
4.4. Relatório RISP 4 - Relatora Terezinha Ruade .....	38
4.5. Relatório RISP 5 - Relatora Rosane Soares .....	41
4.6. Relatório RISP 6 - Relatora Elizabeth Porto .....	44
4.7. Relatório RISP 7 - Relatora Elizabeth Barbosa .....	47
<b>5. BLOCO 2 – O papel da comunicação na percepção de segurança</b> .....	<b>49</b>
<b>6. BLOCO 3 – Policiamento de proximidade em outros estados</b> .....	<b>53</b>
<b>7. BLOCO 4 – O uso da tecnologia na segurança pública</b> .....	<b>58</b>
<b>8. BLOCO 5 - Desafios operacionais no combate ao crime organizado</b> .....	<b>63</b>
<b>9. Considerações finais</b> .....	<b>68</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>71</b>

II FÓRUM PERMANENTE DOS  
**CONSELHOS  
COMUNITÁRIOS  
DE SEGURANÇA**

**1.**

**APRESENTAÇÃO**

Figura 2 – Abertura do II Fórum Permanente dos CCS –  
Sala Cecília Meireles



Foto: Jonathan Fernandes

Organizado pelo Instituto de Segurança Pública, através da Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança, e com apoio da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE-RJ), o II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança aconteceu no dia 6 de agosto de 2024, na Sala Cecília Meireles. Com cerca de 500 participantes, o evento teve como grande destaque o anúncio do recorde histórico de 80 CCS ativos no estado do Rio de Janeiro.

Estiveram presentes diversos setores da sociedade e do estado, representados pelas seguintes instituições: Governo do Estado do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP); Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC); Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM); Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL); Instituto de Segurança Pública (ISP); Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CONSPERJ); Conselhos Comunitários de Segurança (CCS); Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE-RJ); Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

(TJRJ); Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ); Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ); Câmara dos Deputados (federal e estadual); Prefeituras; Câmara de Vereadores e Secretarias Municipais.

Instituído em 2021 e inaugurado em 2023, o Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança tem como objetivo promover o encontro entre a comunidade dos CCS e as principais autoridades representantes da Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro. Seu propósito é estreitar a interlocução do Poder Executivo junto à sociedade civil, garantindo o processo contínuo de participação social na construção de políticas de segurança através dos seguintes preceitos:

- I) o fomento e divulgação dos CCS como espaços de participação social;
- II) recebimento de demandas e sugestões da população para a construção de políticas de segurança;
- III) compartilhamento do saber técnico de especialistas – que trabalham e estudam a segurança pública – com os cidadãos.

Nesta segunda edição, o tema central discutiu **O papel da comunicação na percepção de segurança**. Em uma perspectiva ampla, foi abordado o paralelo entre o que os dados estatísticos revelam e o que as impressões da sociedade dizem sobre o quadro da segurança pública no Rio de Janeiro.

De acordo com o manual dos CCS, a Segurança Pública pode ser definida como a garantia do “direito à liberdade de ir e vir a todas as pessoas (...) de modo que não haja medo entre os indivíduos no desejo e na realização de transitar pelos lugares” (Matheus *et al.*, 2022, p. 23).<sup>1</sup> Por esta razão, pode-se concluir que a segurança pública resulta da conjugação entre:

- I) o ordenamento do espaço físico, a partir de estruturas técnicas organizacionais objetivas – conformadas por forças intersetoriais;
- II) a percepção social sobre esse mesmo espaço, que, além de concreto, também possui uma dimensão representativa coletiva (a partir de es-

---

<sup>1</sup> MATHEUS, Gustavo C. *et al.* Manual dos Conselhos Comunitários de Segurança. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-11/ManualCCS2022.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

truturas associativas e simbólicas – construídas pelo compartilhamento das subjetividades).

Cabe ressaltar que, apesar de intrínsecos, os dois elementos supracitados não necessariamente se desenvolvem de forma simultânea. Nesse aspecto, *o comunicar a segurança* foi utilizado no II Fórum dos CCS como fio condutor para analisar de que maneira as diferentes narrativas que circulam pela sociedade afetam a vida dos cidadãos, chegam às instituições e, conseqüentemente, de algum modo, acabam *fazendo a segurança*.

Dessa forma, foram debatidos os seguintes temas, que contribuem para manutenção e o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança:

- I) Panorama dos CCS;
- II) O papel da comunicação na percepção de segurança;
- III) Policiamento de proximidade em outros estados;
- IV) O uso da tecnologia na segurança pública;
- V) Desafios operacionais no combate ao crime organizado.

Figura 3 – Presidente do ISP, Dra. Marcela Ortiz, no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Philippe Lima

O relatório do II Fórum Permanente dos CCS foi elaborado para reunir todas as demandas elencadas por cada conselho comunitário de segurança do Rio de Janeiro e entregá-las aos representantes do Governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Polícia Civil. Espera-se que o documento exerça um papel de influência na construção de novas políticas de segurança pública e garanta a participação da sociedade na tomada de decisões pelas autoridades estatais. Acrescenta-se, ainda, a função do relatório de registrar a memória do evento, fundamental para realização de consultas institucionais e públicas sobre os trabalhos dos CCS e de sua coordenação.

Tendo em vista que os Conselhos Comunitários de Segurança estão cada vez mais em expansão no território estadual, o Instituto de Segurança Pública – através da Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança – reconhece o esplendoroso trabalho realizado pelos conselheiros<sup>2</sup>, de forma voluntária, para o persistente crescimento dos CCS e celebra, com grande entusiasmo, o sucesso desta política pública de participação social, que em julho de 2024 completou vinte e cinco anos de existência.

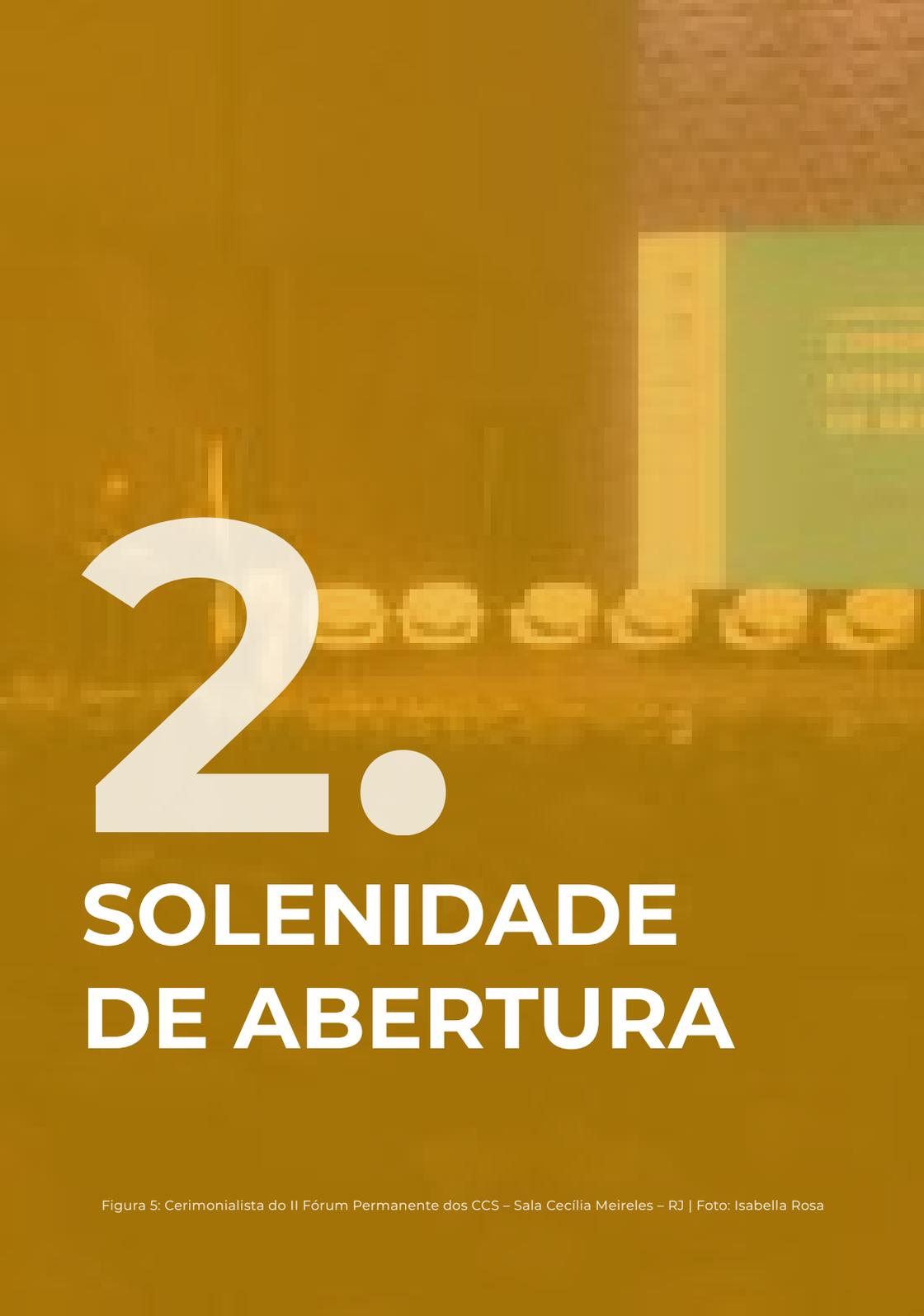
Figura 4: *Coffee Break* do II Fórum Permanente dos CCS, realizado no 2º andar da Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro



Foto: Isabella Rosa

---

<sup>2</sup> Membros de diretorias dos Conselhos Comunitários de Segurança, os quais são formados por pessoas voluntárias da sociedade civil.



# 2.

# SOLENIDADE DE ABERTURA

Figura 6: Autoridades presentes na mesa de abertura do II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Jonathan Fernandes

Às 13h do dia 6 de agosto de 2024, o credenciamento para o II Fórum Permanente dos CCS foi iniciado na entrada da Sala Cecília Meireles. Ao mesmo tempo, ocorria um café de boas-vindas no segundo andar do prédio. A partir das 14h, o auditório da cerimônia já estava ocupado por um vasto público entusiasta pelo tema da segurança pública e participação social.

A solenidade de abertura foi composta pelas seguintes autoridades:

- Dr. Victor dos Santos – Secretário de Estado de Segurança Pública (SESP);
- Coronel PM Marcelo Menezes – Secretário de Estado de Polícia Militar (SEPM);
- Dra. Raíssa Celles – Representante, na ocasião, da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL);
- Dra. Marcela Ortiz – Diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP);
- Desembargadora Sidney Rosa – Presidente do Conselho Estadual

de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ);

- Desembargador Gabriel Zéfiro – Representante, na ocasião, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ);
- Dr. Átila Pereira – Representante, na ocasião, da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ).

O evento teve início com a reprodução do Hino Nacional Brasileiro, seguida pela apresentação, conduzida pelo mestre de cerimônia, dos objetivos do fórum e de seu tema central. Em seguida, foi exibido no telão um vídeo institucional em comemoração aos 49 anos de fundação da CEDAE<sup>3</sup>, destacando a história e o trabalho da companhia.

**Figura 7: Apresentação de vídeo institucional da CEDAE no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança**



Foto: Philippe Lima

<sup>3</sup> A CEDAE foi criada no dia 1 de agosto de 1975 com a missão de captar e tratar as águas do estado do Rio de Janeiro.

A primeira autoridade a dar as boas-vindas foi a Diretora-presidente do ISP, Dra. Marcela Ortiz. Em sua fala inaugural, ela enfatizou a importância da participação popular para o exercício da democracia e o novo alcance inédito no número de CCS implementados:

Pelo segundo ano consecutivo é que anunciamos mais uma vez um recorde histórico com a implementação de 80 Conselhos Comunitários de Segurança ativos em nosso estado. Significa a cobertura de mais de 90% da população, mais precisamente 92,5%, que podem contar com esses canais diretos de comunicação com as nossas polícias polícias<sup>4</sup> (Ortiz, 2024).

Marcela também aproveitou para agradecer às pessoas voluntárias dos Conselhos Comunitários de Segurança, as quais fizeram e fazem desta política pública um sucesso de continuidade ininterrupta – durante seus 25 anos de existência recentemente completados.

Não posso deixar de agradecer à confiança dos conselheiros, dos que estão chegando agora (...), mas também os que estão conosco há mais tempo. Alguns há tanto tempo, que a história até se confunde com a própria história dos conselhos comunitários e do ISP – que como eu mencionei está completando 25 anos. Conselheiros que não desistiram, não esmoreceram dessa missão que é contribuir com a segurança pública do nosso estado. A todos, indistintamente, eu queria manifestar o nosso profundo agradecimento<sup>5</sup> (Ortiz, 2024).

Representando na ocasião a Secretaria de Estado de Polícia Civil, a Dra. Raíssa Celles indicou como ponto central, de atuação da SEPOL, a valorização do cidadão: “A palavra que eu trago do nosso secretário Marcus Amim é de que o cidadão é a prioridade na sua gestão, na gestão da polícia civil” (Celles, 2024)<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Discurso proferido pela Dr. Marcela Ortiz no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

<sup>5</sup> Discurso proferido pela Dra. Marcela Ortiz no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

<sup>6</sup> Discurso proferido pela Dra. Raíssa Celles no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

Em seguida, a Dra. apresentou alguns resultados da produção policial no mês de julho, afirmando que 400 aparelhos subtraídos haviam sido recuperados e que, em pouco tempo, seriam devolvidos às vítimas em uma ação de entrega coletiva. Como novidade, ela acrescentou que o aplicativo “Meu Celular Seguro”, desenvolvido pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, seria disponibilizado em breve. De acordo com a Dra., a ferramenta possibilitará que tanto a população quanto os agentes públicos verifiquem a procedência de telefones celulares – facilitando, portanto, a identificação de aparelhos roubados.

Em nome da Secretaria de Estado de Polícia Militar, o cel. PM Marcelo Menezes afirmou que, desde o começo da sua gestão na PMERJ, iniciada há cerca de quatro meses antes do evento, ele estabeleceu como meta principal a reorganização e o incremento das relações da corporação com os Conselhos Comunitários de Segurança.

Estamos trabalhando junto com a Secretaria de Polícia Civil – e coordenado pela nossa Secretaria de Estado de Segurança Pública – no sentido de buscar novos conselhos aonde eles não existem. Porque esse é o caminho a ser tomado pela segurança pública: o diálogo, a integração e, principalmente, entendendo que segurança não se constrói de maneira isolada. Ninguém faz nada sozinho<sup>7</sup> (Menezes, 2024).

Por fim, o Secretário de Estado de Segurança Pública, Victor dos Santos, cumprimentou todas as autoridades presentes e destacou a grandiosidade do trabalho voluntário dos conselheiros, que se expõem em prol das demandas por segurança de suas comunidades. Ele também comemorou a cobertura dos CCS em 92% do estado.

Ter 92% de cobertura no Estado é realmente uma marca que deve ser comemorada. Quero poder no próximo encontro, quem sabe no ano que vem, que a gente venha aqui comemorar 100% de cobertura em todo o Estado. São 92 municípios, todos eles muito importantes, cada um com suas especificidades<sup>8</sup> (Santos, 2024).

---

<sup>7</sup> Discurso proferido por Marcelo Menezes no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

## 2.1. KIT BOAS-VINDAS

Figura 8: Kit boas-vindas do II Fórum dos CCS – CEDAE



Foto: Instituto de Segurança Pública

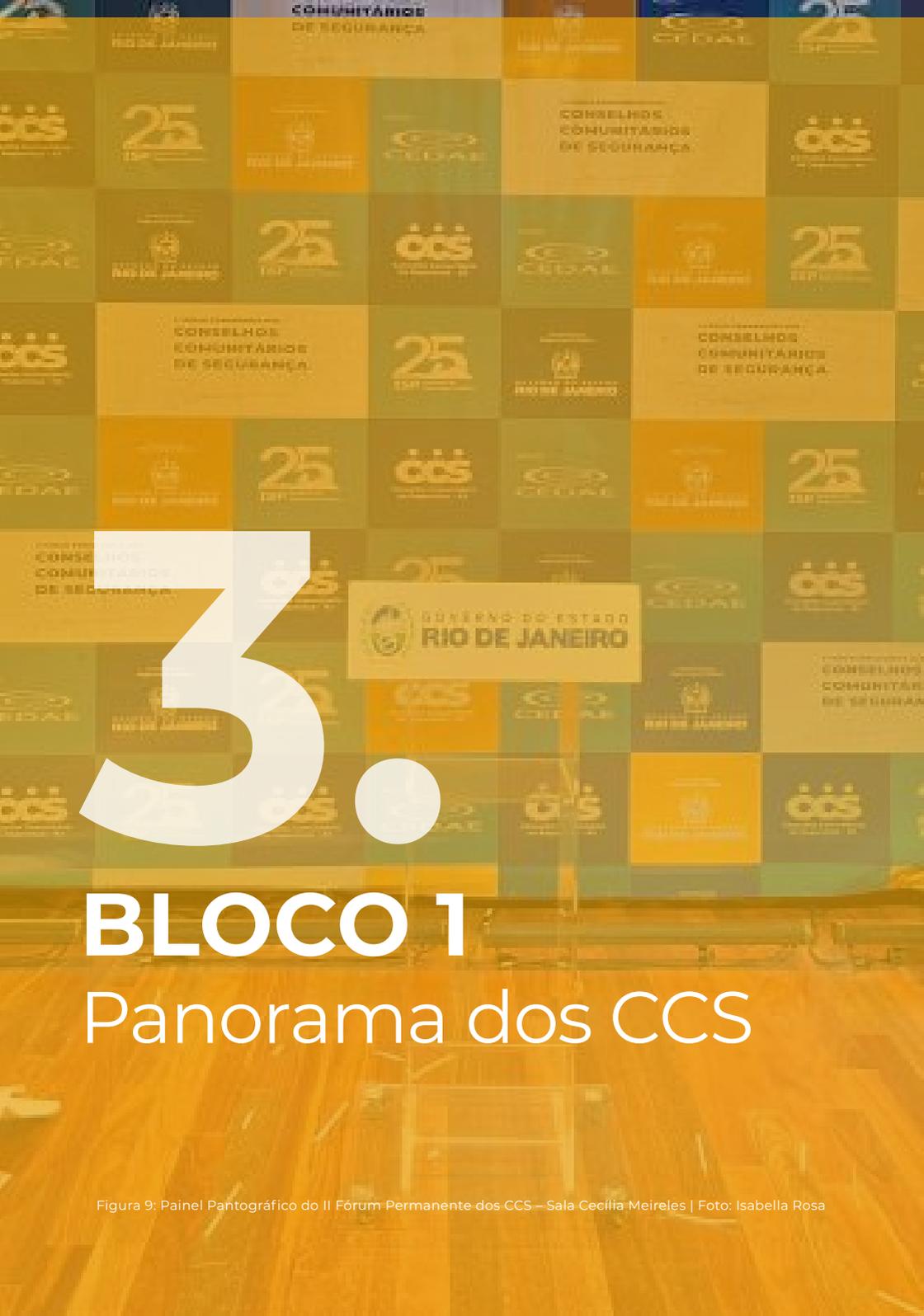
A CEDAE, assim como na edição anterior, apoiou o evento com o oferecimento de um kit boas-vindas do fórum, composto por:

- I) um crachá personalizado com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU);
- II) uma ecobag (sacola sustentável) personalizada com a logo dos CCS;
- III) um caderno, feito de materiais reciclados, personalizado com a logo dos CCS;
- IV) um copo personalizado com a logo do II Fórum Permanente dos CCS.

Observa-se, portanto, que o apoio da CEDAE ao fórum dos CCS só se fortalece a cada ano e se sobressai pelas mensagens de responsabilidade ambiental e cidadã, comunicadas em seus materiais distribuídos.

---

<sup>8</sup> Discurso proferido por Victor dos Santos no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.



3.

# BLOCO 1

## Panorama dos CCS

Figura 9: Painel Pantográfico do II Fórum Permanente dos CCS – Sala Cecília Meireles | Foto: Isabella Rosa

Figura 10: Coordenador dos CCS, major PM Gustavo Matheus, no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Philippe Lima

O Bloco 1 foi dedicado à apresentação do panorama atual, em números, dos conselhos comunitários de segurança do Rio de Janeiro.

O major PM Gustavo Matheus, coordenador dos CCS, discursou exaltando a dedicação dos conselheiros para a sustentação, de forma ininterrupta, desse longínquo trabalho de diálogo entre polícia e sociedade. Além disso, as presenças expressivas de tais espaços nos municípios fluminenses foram evidenciadas junto às projeções de seus alcances populacionais.

A história dos senhores faz parte da história do Instituto de Segurança Pública, faz parte da história das instituições da Polícia Militar e da Polícia Civil (...). Temos aqui alguns conselheiros que estão desde 1999 fazendo parte dessa importante política pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, consolidada, perene e que nunca tivemos interrupções. Nem com pandemia nós tivemos interrupções no Conselho Comunitário (...). Apesar de estarmos em 58 municípios, e ainda temos aí pra percorrer 34 municípios nesse caminho, 92% da população do

estado do Rio de Janeiro têm hoje um Conselho Comunitário de Segurança para frequentar, para levar as suas demandas, para dialogarem diretamente com os gestores da segurança local. Então é um número muito expressivo e também histórico<sup>9</sup>.

## RECORDE HISTÓRICO

Pelo segundo ano consecutivo, o número de CCS ativos atingiu um recorde histórico. Até a data de realização do II Fórum Permanente dos CCS, a expansão dos Conselhos Comunitários de Segurança alcançou 80 unidades.

Nos gráficos a seguir, é possível conferir detalhes sobre a quantidade de conselhos em funcionamento por ano no estado, abrangendo o período de 2004 a agosto de 2024, incluindo a distribuição deles por CCS e CCCI<sup>10</sup>.

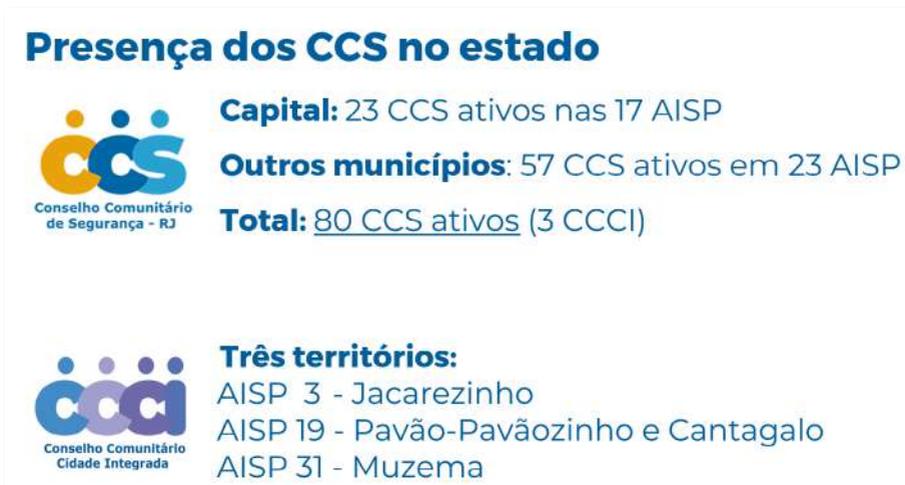
Gráfico 1: Série Histórica da evolução dos CCS no Estado do Rio de Janeiro – 2004 a agosto de 2024



Fonte: Instituto de Segurança Pública

<sup>10</sup> Em 2022, os Conselhos Comunitários Cidade Integrada foram criados com o objetivo de alcançar moradores de comunidades de baixa renda. A gestão dos CCCI é realizada pelo Instituto de Segurança Pública, com o auxílio da coordenação executiva do programa. A regulamentação desses conselhos está sob o decreto nº 4.818, de 1 de julho de 2022. Disponível em: [https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-10/Decreto%20n%C2%BA%2048148%20-%20%20alteracao\\_Decreto\\_Cidade%20Integrada%20JUL%202022.pdf](https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-10/Decreto%20n%C2%BA%2048148%20-%20%20alteracao_Decreto_Cidade%20Integrada%20JUL%202022.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

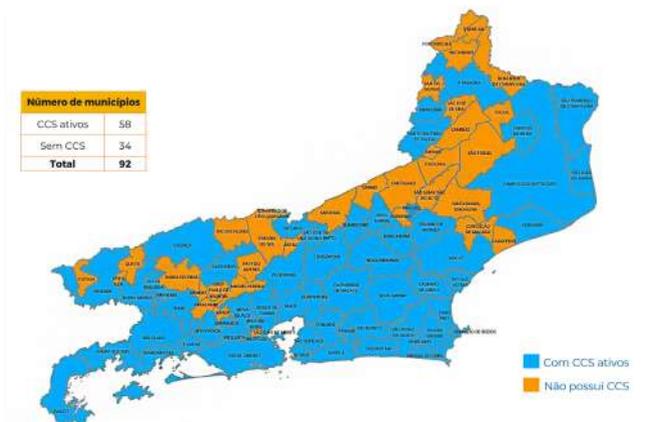
Figura 11: Presença dos CCS e dos CCCI no estado – agosto de 2024



Fonte: Instituto de Segurança Pública

A respeito da distribuição territorial dos Conselhos Comunitários de Segurança, observa-se que, de acordo com o último levantamento de agosto de 2024, 58 dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro possuem CCS ativos, enquanto 34 municípios ainda não têm. Para melhor entendimento, confira o mapa abaixo:

Mapa 1: Municípios do estado do RJ com CCS ativos e inexistentes – agosto de 2024

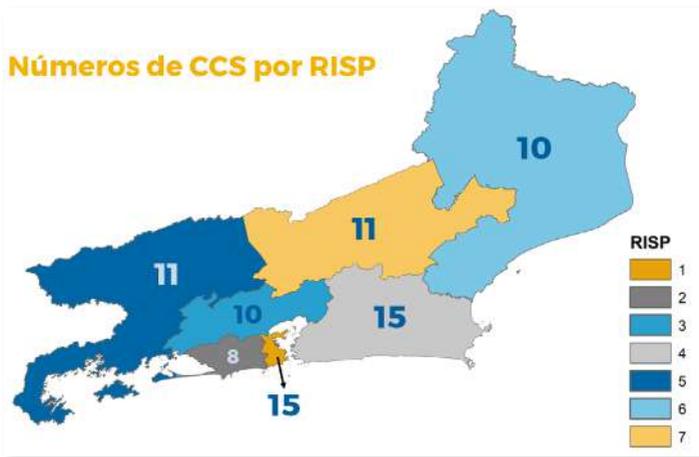


Fonte: Instituto de Segurança Pública

Em relação à quantidade de CCS ativos por região, os dados mais recentes indicam o seguinte:

- I) RISP 1 possui 15 CCS ativos;
- II) RISP 2 possui 8 CCS ativos;
- III) RISP 3 possui 10 CCS ativos;
- IV) RISP 4 possui 15 CCS ativos;
- V) RISP 5 possui 11 CCS ativos;
- VI) RISP 6 possui 11 CCS ativos;
- VII) RISP 7 possui 10 CCS ativos.

Mapa 2: Número de CCS do estado do Rio de Janeiro por RISP – agosto de 2024



Fonte: Instituto de Segurança Pública

Após a breve explanação sobre o quadro situacional dos CCS em 2024, o coordenador Major PM Matheus comunicou a todos os participantes do fórum que o momento de apresentação das demandas dos Conselhos Comunitários de Segurança seria iniciado.

# 4.

## RELATORES

(Demandas dos CCS)

Figura 13: Major PM Matheus com os relatores no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Philippe Lima

Os 80 CCS do Estado do Rio de Janeiro pertencem a 7 Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP. Para o II Fórum Permanente dos CCS, um presidente de cada região foi eleito como relator das demandas de sua respectiva RISP. Veja a seguir os representantes escolhidos:

- I) **RISP 1 – Sra. Adriana Affonso**, presidente do CCS AISP 4 – Estácio e adjacências;
- II) **RISP 2 – Sr. Marivaldo Sales**, presidente do CCS AISP 14 – Bangu e adjacências;
- III) **RISP 3 – Sr. Isaac Lima**, presidente do CCS AISP 39 – Belford Roxo;
- IV) **RISP 4 – Sra. Terezinha Ruade**, presidente do CCS AISP 25 – Saquarema;
- V) **RISP 5 – Sra. Rosane Soares**, presidente do CCS AISP 28 – Volta Redonda;
- VI) **RISP 6 – Sra. Elizabeth Porto**, presidente do CCS AISP 11 – Bom Jardim;
- VII) **RISP 7 – Sra. Elizabeth Barbosa**, presidente do CCS AISP 30 – Teresópolis.

Apesar de não ser um modelo obrigatório em decreto, os fóruns per-

manentes dos CCS seguem como método a integração por RISP para a apresentação de demandas dos conselhos. Essa abordagem ocorre da seguinte maneira:

I) Antes da data do fórum, nos grupos de *Whatsapp* com os presidentes dos CCS de cada uma das 7 RISP, é feita uma enquete para os conselheiros **elegerem** uma pessoa representante, por região, para a função de **relator(a)**;

II) Em seguida, todas as presidências dos CCS se reúnem com os membros de seus conselhos para decidir quais **demandas** serão entregues às autoridades, e qual delas será a **prioritária** para ser apresentada pelo relator na data do fórum;

III) Logo depois, os presidentes enviam aos seus relatores as **demandas coletadas** nos CCS, visando à organização de um único relatório que representará sua região;

IV) Posteriormente, os sete relatores enviam seus relatórios à Coordenadoria dos CCS para que sejam criadas duas versões de cada material: **uma com todas as demandas dos conselhos e outra contendo somente as demandas que foram indicadas como prioritárias para serem lidas**;

V) No dia do fórum, os relatores recebem do ISP a versão impressa das demandas prioritárias de sua RISP. Após a abertura do evento, os conselheiros realizam uma **leitura pública do documento na íntegra**, apresentando, portanto, uma demanda de cada CCS da região;

VI) Para os **relatórios mais extensos, que contêm todas as demandas enviadas pelos conselhos**, são abertos processos administrativos do Estado, nos quais os documentos referentes às sete RISP são **encaminhados, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)<sup>11</sup>, às instituições da segurança pública** nos dias subsequentes ao evento;

---

<sup>11</sup> “O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é a solução oficial do Governo Federal para produção e gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos, desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e cedida gratuitamente para instituições públicas desde 2013, com o objetivo de promover a eficiência administrativa” (BRASIL,s.d.). Disponível em: [https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 20 fev. 2025.

VIII) Por fim, **todas as demandas prioritárias dos CCS** são publicadas no *site* do ISP através do Relatório do Fórum Permanente dos CCS.

## 4.1. RELATÓRIO RISP 1

Relatora Adriana Affonso<sup>12</sup>

Figura 14: Relatora RISP 1 – Sra. Adriana Affonso



Foto: CCONSOC PM

Os 15 conselhos ativos que compõem a RISP 1, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 2 – Botafogo
- AISP 3 – Méier
- AISP 3 – CCCI Jacarezinho
- AISP 4 – Estácio e Rio Comprido
- AISP 4 – São Cristóvão
- AISP 5 – Centro Histórico e Lapa
- AISP 5 – Ilha de Paquetá
- AISP 5 – Região Portuária
- AISP 6 – Tijuca
- AISP 16 – Olaria

<sup>12</sup> A relatora, Sra. Adriana Affonso, é presidente do CCS AISP 4 – Estácio e adjacências.

- AISP 17 – Ilha do Governador
- AISP 19 – Copacabana
- AISP 19 – Pavão-Pavãozinho e Cantagalo
- AISP 22 – Bonsucesso e Maré
- AISP 23 – Leblon

## **AISP 2 – BOTAFOGO**

Para maior mobilidade do policiamento na área do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que possui grandes engarrafamentos, solicitamos prioridade no aumento de motocicletas para que os policiais consigam se locomover de forma eficiente na área.

### **AISP 3 – MÉIER**

Aumento do efetivo do 3º BPM.

### **AISP 3 – CCCI JACAREZINHO**

Criação de uma Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) no prédio Célula Urbana.

### **AISP 4 – SÃO CRISTOVÃO**

Considerando o aumento da circulação de pessoas na região devido à inauguração do Terminal Gentileza e aos novos empreendimentos imobiliários em São Cristóvão, é urgente o aumento do efetivo no 4º BPM e aquisição de novas motos e viaturas.

### **AISP 4 – ESTÁCIO**

Aumento do efetivo policial no 4º BPM, com instalação da 2ª CIA no bairro.

### **AISP 5 – ILHA DE PAQUETÁ**

Aumento de efetivo para o 5º BPM por ala, para que Paquetá tenha sempre três policiais militares por ala.

### **AISP 5 – REGIÃO PORTUÁRIA**

Fiscalização e policiamento nos edifícios abandonados que são invadidos, já que essas invasões aumentam os riscos de incêndio; roubos na região; crimes com drogas ilícitas, evasão escolar e abuso infantil.

## **AISP 5 – CENTRO HITÓRICO E LAPA**

Intensificar o patrulhamento ostensivo e a presença policial em horário estendido e durante a madrugada, entre 2h e 7h, período em que ocorrem aumentos de furtos, roubos, barulho intenso das casas noturnas/bares, presença de usuários de drogas e desordem urbana.

## **AISP 6 – TIJUCA**

Reforma do 6º BPM.

## **AISP 16 – OLARIA**

Maior fiscalização em relação à perturbação do sossego.

## **AISP 17 – ILHA DO GOVERNADOR**

Atuação em relação à perturbação do sossego, com aplicação da Lei do Silêncio<sup>13</sup>, atuando também nos veículos que promovem bailes e desordem pelas ruas.

## **AISP 19 – COPACABANA**

Com o aumento expressivo de crimes cometidos pelos motociclistas, retomada das operações de fiscalização de motocicletas, a fim de identificar ocorrências irregulares.

## **AISP 19 – CCCI PAVÃO-PAVAZINHO E CANTAGALO**

Melhoria no saneamento básico da região.

## **AISP 22 – BONSUCESSO**

Atuação em relação a recusa de atendimento por parte das equipes de socorro da SAMU, que mesmo com a articulação de moradores para entrar nos territórios, se recusam a realizar o atendimento.

## **AISP 23 – LEBLON**

Atuação sobre a desordem urbana, principalmente em eventos musicais promovidos em áreas residenciais, ocupação irregular das calçadas

---

<sup>13</sup> Lei Municipal nº 3.268/01, de 29 de agosto de 2001. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b2492da5077847c032564f4005d4bf2/72ffac703b58de49032576c0072e89c?OpenDocument>. Acesso em: 20 fev. 2025.

e também veículos irregulares que circulam pelo bairro com alto falante com volume acima do tolerável.

## 4.2. RELATÓRIO RISP 2

Relator Marivaldo Sales<sup>14</sup>

Figura 15: Relator RISP 2 – Sr. Marivaldo Sales



Foto: CCONSOC PM

Os 8 conselhos ativos que compõem a RISP 2, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 9 – Rocha Miranda
- AISP 14 – Bangu
- AISP 18 – Jacarepaguá
- AISP 27 – Santa Cruz
- AISP 31 – Barra da Tijuca
- AISP 31 – CCCI Muzema
- AISP 40 – Campo Grande
- AISP 41 – Pavuna

<sup>14</sup> O relator, Sr. Marivaldo Sales, é presidente do CCS AISP 14 – Bangu e adjacências.

## **AISP 9 – ROCHA MIRANDA**

Aumento do efetivo das polícias Militar e Civil, atendendo à área geográfica e ao crescimento dos índices de segurança pública na região do 9º BPMERJ.

## **AISP 14 – BANGU**

Levando em consideração o deslocamento de mulheres vitimizadas até o bairro de Campo Grande, solicitamos a criação de uma nova Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) para atender à região da Grande Bangu.

## **AISP 18 – JACAREPAGUÁ**

Renovação e ampliação da frota de viaturas que atende às unidades do 18º BPM, 28º, 32º e 41º delegacias policiais.

## **AISP 27 – SANTA CRUZ**

Implementação do Programa Segurança Presente em Santa Cruz e Guaratiba.

## **AISP 31 – BARRA DA TIJUCA**

Aumento de motos e viaturas no efetivo da Polícia Militar na área do 31º BPM.

## **AISP 31 – CCCI MUZEMA**

Fiscalização e abordagem em motos e carros, pois os traficantes circulam livremente pela estrada do Itanhangá e na parte interna das comunidades.

## **AISP 40 – CAMPO GRANDE**

Fim da Central de Flagrantes na 35ª Delegacia de Polícia (DP), visto que, com o grande número populacional da região sendo alto, os policiais ficam sobrecarregados.

## **AISP 41 – PAVUNA**

Ponto fixo e ostensivo de policiamento na rotatória Maria Sendas, na Pavuna, tendo em vista a grande circulação de cargas e por ser um ponto de ligação das principais vias de deslocamento de cargas.

## 4.3. RELATÓRIO RISP 3

Relator Isaac Lima<sup>15</sup>

Figura 16: Relator RISP 3 – Sr. Isaac Lima



Foto: Isabella Rosa

Os 10 conselhos ativos que compõem a RISP 3, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 15 – Duque de Caxias
- AISP 20 – Nova Iguaçu
- AISP 20 – Nilópolis
- AISP 20 – Mesquita
- AISP 24 – Seropédica
- AISP 24 – Queimados
- AISP 24 – Itaguaí
- AISP 34 – Guapimirim
- AISP 34 – Magé
- AISP 39 – Belford Roxo

<sup>15</sup> O relator, Sr. Isaac Lima, é presidente do CCS AISP 39 – Belford Roxo.

## **AISP 15 – DUQUE DE CAXIAS**

Aumento do efetivo do 15º BPM e implementação da Sala Lilás na 60ª DP.

## **AISP 20 – NOVA IGUAÇU**

Expansão do projeto Segurança Presente para os centros comerciais dos bairros Comendador Soares e Cabuçu.

## **AISP 20 – NILÓPOLIS**

Retomada dos Cafés Comunitários e presença de conselheiros tutelares nas reuniões de conselho.

## **AISP 20 – MESQUITA**

Aumento do efetivo policial no 20º BPM, solicitando também a disponibilização de novas viaturas.

## **AISP 24 – SEROPÉDICA**

Criação de um novo batalhão para os municípios de Seropédica e Itaguaí.

## **AISP 24 – QUEIMADOS**

Aumento de efetivo e de viaturas no 24º BPM.

## **AISP 24 – ITAGUAÍ**

Aumento de efetivo na 5ª CIA, juntamente à reativação do Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) de Mazomba.

## **AISP 34 – GUAPIMIRIM**

Aumento do efetivo do programa Segurança Presente.

## **AISP 34 – MAGÉ**

Aumento do efetivo da Polícia Militar, com melhorias nos equipamentos da polícia.

## **AISP 39 – BELFORD ROXO**

Andamento do SEI, em caráter de urgência, que tem como objeto a implantação do posto de abastecimento no 39º BPM e reforma estrutural da 54ª DP.

## 4.4. RELATÓRIO RISP 4

Relatora Terezinha Ruade<sup>16</sup>

Figura 17: Relator RISP 3 – Sr. Isaac Lima



Foto: CCONSOC PM

Os 15 conselhos ativos que compõem a RISP 4, alvos do presente relatório<sup>17</sup>, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 7 – São Gonçalo
- AISP 12 – Niterói
- AISP 12 – Maricá
- AISP 25 – Araruama
- AISP 25 – Saquarema
- AISP 25 – São Pedro da Aldeia
- AISP 25 – Cabo Frio
- AISP 25 – Iguaba Grande

<sup>16</sup> A relatora, Sra. Terezinha Ruade, é presidente do CCS AISP 25 – Saquarema.

<sup>17</sup> As demandas da RISP 4 não foram lidas pela relatora no dia do evento.

- AISP 25 – Arraial do Cabo
- AISP 25 – Armação de Búzios
- AISP 35 – Itaboraí
- AISP 35 – Rio Bonito
- AISP 35 – Silva Jardim
- AISP 35 – Cachoeira de Macacu
- AISP 35 – Tanguá
- AISP 7 – São Gonçalo

Aumento do efetivo e viaturas do 7º BPM, das quatro delegacias distritais e da delegacia especializada (DEAM).

### **AISP 12 – NITERÓI**

Melhorias na infraestrutura das delegacias especializadas (DEAM e Delegacia de Homicídios), e nas cinco delegacias do município de Niterói.

### **AISP 12 – MARICÁ**

Aumento do efetivo da 6ª CIA do 12º BPM e a criação de uma DEAM.

### **AISP 25 – ARARUAMA**

Aumento do efetivo do 25º BPM e implementação de mais um BPM na região.

### **AISP 25 – SAQUAREMA**

Concluir a reforma da 124ª DP, melhores condições de trabalho aos policiais e implantação de um novo BPM na região.

### **AISP 25 – SÃO PEDRO DA ALDEIA**

Criação de um Batalhão de Polícia Militar para a região e aumento de viaturas.

### **AISP 25 – CABO FRIO**

Aumento do efetivo do 25º BPM e instalação de uma Delegacia Legal em Tamoios.

### **AISP 25 – IGUABA GRANDE**

Trazer um núcleo da Polícia Federal para mais próximo e sugerir a permanência periódica dos comandantes nas companhias.

### **AISP 25 – ARRAIAL DO CABO**

Criação de um Centro de Operações para monitoramento da cidade, com câmeras de reconhecimento facial e OCR de veículos.

### **AISP 25 – ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**

Combate aos crimes de trânsito e aumento da prevenção.

### **AISP 35 – Itaboraí**

Aumento de efetivo das polícias Militar e Civil.

### **AISP 35 – RIO BONITO**

Aumentar o efetivo do 35º BPM e do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher (NEAM) (71ª DP).

### **AISP 35 – SILVA JARDIM**

Aumentar o efetivo da 120ª DP.

### **AISP 35 – CACHOEIRA DE MACACU**

Recompôr os efetivos das polícias Civil e Militar no município.

### **AISP 35 – TANGUÁ**

Aumento de efetivo da 70ª DP e viatura própria para estradas de chão.

## 4.5. RELATÓRIO RISP 5

Relatora Rosane Soares<sup>18</sup>

Figura 18: Relatora RISP 5 – Sra. Rosane



Foto: CCONSOC PM

Os 11 conselhos ativos que compõem a RISP 5, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 10 – Valença
- AISP 10 – Vassouras
- AISP 28 – Volta Redonda
- AISP 28 – Pinheiral
- AISP 28 – Rio Claro
- AISP 28 – Barra Mansa
- AISP 33 – Mangaratiba
- AISP 33 – Angra dos Reis
- AISP 37 – Resende

<sup>18</sup> A relatora, Sra. Rosane Soares, é presidente do CCS AISP 28 – Volta Redonda.

- AISP 10 – Piraí
- AISP 43 – Paraty

### **AISP 10 – VALENÇA**

Diante da extensão territorial do município de Valença e da precariedade no que diz respeito às políticas públicas de proteção à mulher, solicitamos a implementação do Instituto Médico Legal (IML), atendendo também os municípios vizinhos: Rio das Flores, Vassouras, Miguel Pereira, Mendes e Barra do Piraí.

### **AISP 10 – VASSOURAS**

Providenciar manutenção das viaturas que estão paradas por falta de peças, mais efetivo da Polícia Civil e uma base do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), sendo o monitoramento feito pela polícia militar.

### **AISP 28 – VOLTA REDONDA**

Por meio da Coordenação dos CCS, promover a divulgação das atividades do Conselho Comunitário de Segurança aos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e solicitar a participação dos conselheiros nas reuniões sobre segurança pública, visando estimular a integração.

### **AISP 28 – PINHEIRAL**

Policciamento com motocicletas, sendo concedido o poder de fiscalização do trânsito aos policiais militares, uma vez que a cidade não tem guarda de trânsito, além da solicitação de mais viaturas para as rondas.

### **AISP 28 – RIO CLARO**

Fiscalização rigorosa com blitz, para motos com cano de descarga e escapamentos adulterados, sem documentação, placas, realizando a apreensão dos veículos, além da implementação da Operação Segurança Presente no município.

### **AISP 28 – BARRA MANSA**

Criar um Batalhão da Polícia Militar e uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

### **AISP 33 – MANGARATIBA**

Aumentar o efetivo policial e implantar a Operação Segurança Presente no município.

### **AISP 33 – ANGRA DOS REIS**

Realizar um fórum de segurança pública com a presença do secretário de segurança pública e outras autoridades do setor.

### **AISP 43 – PARATY**

Aumento do efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar.

## 4.6. RELATÓRIO RISP 6

Relatora Elizabeth Porto<sup>19</sup>

Figura 19: Relatora RISP 6 – Sra. Elizabeth Porto



Foto: Isabella Rosa

Os 11 conselhos ativos que compõem a RISP 6, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 8 – Campos dos Goytacazes
- AISP 8 – São João da Barra
- AISP 8 – São Francisco de Itabapoana
- AISP 29 – Itaperuna
- AISP 29 – Cardoso Moreira
- AISP 32 – Rio das Ostras
- AISP 32 – Casimiro de Abreu
- AISP 32 – Macaé

<sup>19</sup> A relatora, Sra. Rosane Soares, é presidente do CCS AISP 28 – Volta Redonda.

- AISP 32 – Quissamã
- AISP 36 – Santo Antônio de Pádua
- AISP 36 – Miracema

### **AISP 8 – Campos dos Goytacazes**

Aumento do efetivo policial e de carros para o 8º BPM.

### **AISP 8 – SÃO JOÃO DA BARRA**

Maior atuação nos casos de furtos nas residências. Como parte da população é de turistas e veranistas, as casas ficam fechadas e sem ocupantes, facilitando furtos e roubos nas residências.

### **AISP 8 – SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA**

É necessária a instalação de um posto de abastecimento para as viaturas no município de São Francisco de Itabapoana, visto que as viaturas gastam, em média, três horas em deslocamento para realizar o abastecimento, o que acaba gastando o combustível.

### **AISP 29 – ITAPERUNA**

Criação de depósito para encaminhamento dos veículos apreendidos.

### **AISP 29 – CARDOSO MOREIRA**

Urgência no combate ao tráfico de drogas.

### **AISP 32 – RIO DAS OSTRAS**

Implantação do programa Segurança Presente na região de Rio das Ostras.

### **AISP 32 – CASIMIRO DE ABREU**

Manutenção do sistema de atendimento telefônico via 190 para acionamento da Polícia Militar.

### **AISP 32 – MACAÉ**

Aumento do efeito das polícias e dos bombeiros para a região serrana de Macaé, destacando a localidade do Arraial do Sana, além da implantação da Polícia Ambiental.

## **AISP 32 – QUISSAMÃ**

Aumento do efetivo da 130ª DP e construção da sede da 5ª Companhia da Polícia Militar.

## **AISP 36 – SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E MIRACEMA**

## 4.7. RELATÓRIO RISP 7

Relatora Elizabeth Barbosa<sup>20</sup>

Figura 20: Relatora RISP 7 – Sra. Elizabeth



Fonte: CCONSOC PM

Os 10 conselhos ativos que compõem a RISP 7, alvos do presente relatório<sup>21</sup>, até a data do II Fórum Permanente dos CCS, são:

- AISP 11 – Bom Jardim
- AISP 11 – Macuco
- AISP 11 – Nova Friburgo
- AISP 11 – Duas Barras
- AISP 11 – Trajano de Moraes
- AISP 26 – Petrópolis
- AISP 30 – Teresópolis
- AISP 30 – Sumidouro
- AISP 30 – São José do Vale do Rio Preto
- AISP 38 – Três Rios

<sup>20</sup> A relatora, Sra. Elizabeth Barbosa, é presidente do CCS AISP 30 – Teresópolis.

<sup>21</sup> As demandas da RISP 7 não foram lidas pela relatora no dia do evento.

## **AISP 11 – Bom Jardim**

Implementação do monitoramento por câmeras no município.

## **AISP 11 – Macuco**

Posto para abastecimento das viaturas da Polícia Militar mais próximo, para que a cidade não fique desguarnecida durante o período de abastecimento, que atualmente é realizado na cidade de Nova Friburgo.

## **AISP 11 – Nova Friburgo**

Fortalecimento da Guarda Municipal para auxiliar e desonerar as funções da Polícia Militar.

## **AISP 11 – Duas Barras**

Extensão do programa Segurança Presente.

## **AISP 11 – Trajano de Moraes**

Instalação de DPO nos distritos de Tapera, Maria Mendonça e Visconde de Imbé.

## **AISP 26 – Petrópolis**

Melhora imediata dos canais de comunicação de emergência e de socorro, principalmente o atendimento do 190.

## **AISP 30 – Teresópolis**

Expansão do programa Segurança Presente para todos os municípios da AISP 30 e revisão do Plano de Metas, com alteração dos tópicos, inclusão de outras ocorrências e alteração nas metas.

## **AISP 30 – Sumidouro**

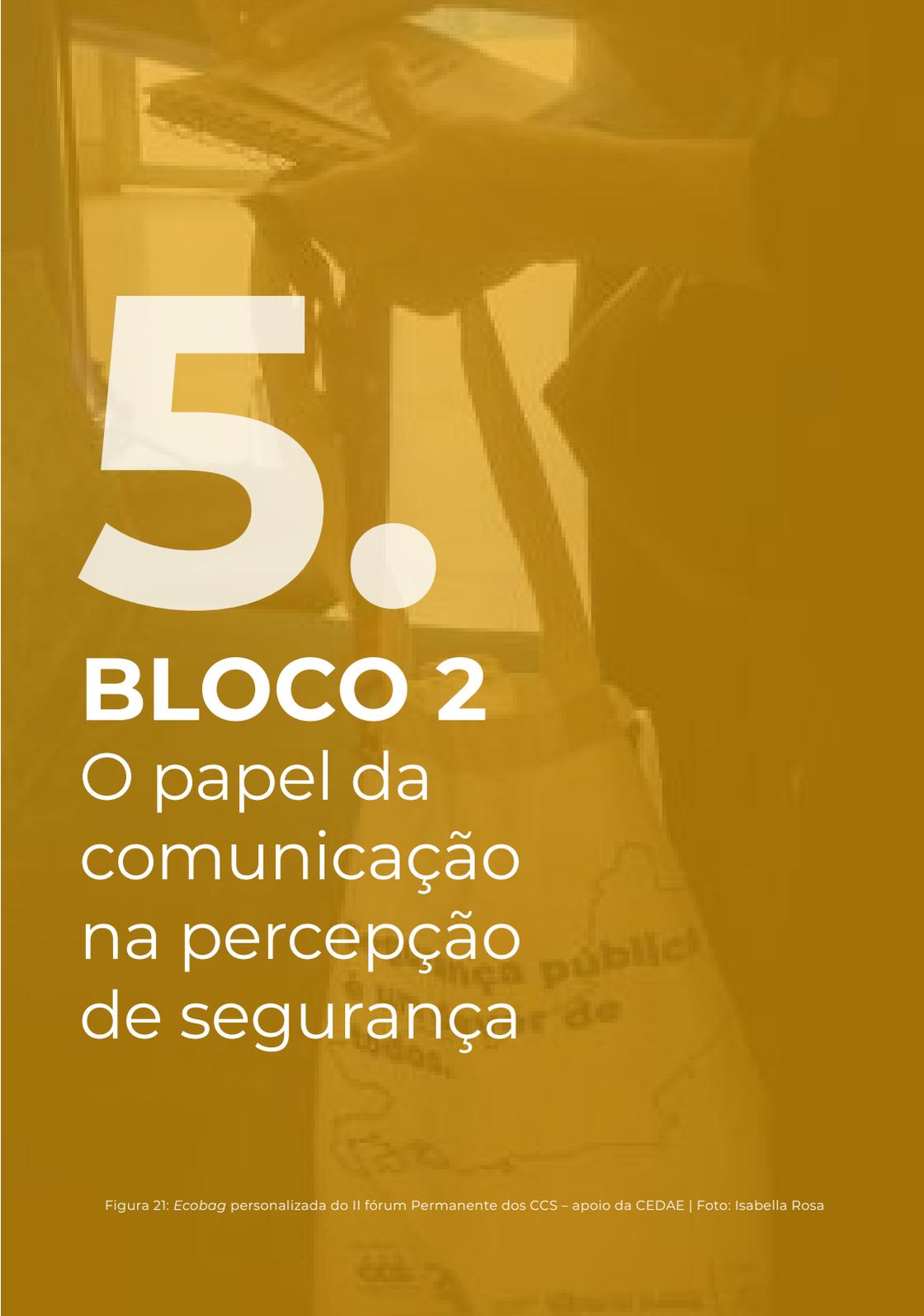
Aumento do efetivo do 30º BPM para contemplar os municípios do interior do estado.

## **AISP 30 – São José do Vale do Rio Preto**

Comparecimento da Polícia Civil nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de São José do Vale do Rio Preto.

## **AISP 38 – Três Rios**

Mais efetivo e viaturas às Polícias Civil e Militar

A person is holding a personalized Ecobag. The bag features a map of Portugal and the text 'Comunidade Pública' and 'Ecobag'. The background is a blurred image of a person holding a similar bag.

# 5.

## **BLOCO 2**

O papel da  
comunicação  
na percepção  
de segurança

Figura 22: Palestrantes e mediador do Bloco 2 no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Philippe Lima

○ **Bloco 2 – O papel da comunicação na percepção de segurança** tem por finalidade promover uma reflexão acerca da atuação dos veículos midiáticos na área da segurança pública, considerando as formas como as informações são – ou não – averiguadas e transmitidas à sociedade.

O compromisso do jornalismo em busca dos fatos ganhou destaque durante as exposições realizadas, sendo ressaltado como um valor ético inegociável e indispensável no combate à propagação de notícias falsas. “Hoje nós estamos aqui para, na verdade, trazer um pouco da nossa contribuição, dividir um pouco com vocês a nossa responsabilidade como comunicadores”<sup>22</sup>, iniciou Igor Marques.

---

<sup>22</sup> Discurso proferido por Igor Marques, Subsecretário de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

Esse painel foi composto pelos seguintes nomes:

- Mediador – Igor Marques (Subsecretário de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro)
- Palestrante – Isabele Benito (apresentadora do SBT)
- Palestrante – Vera Araújo (repórter do jornal O Globo)

A apresentadora do SBT, Isabele Benito, destacou que o principal objetivo do repórter é a apuração dos fatos. “Apurar, apurar, apurar”, enfatizou.

Se a gente vai conseguir a verdade dos fatos? Aí a gente tem que trabalhar com experiência, apuração – que nenhuma tecnologia vai dar, que é ser um jornalista, repórter, apurar. E a verdade absoluta não é aquela que você quer ouvir ou eu quero ouvir, não é algo individual. Talvez não é aquilo que vocês queiram saber, mas verdade absoluta é cobertura real<sup>23</sup> (Benito, 2024).

Isabele explicou que a experiência de um repórter é essencial para ajudar a desconfiar de casos aparentemente encerrados e ir em busca de novas versões. Ela também observou que mesmo materiais de gravações, quando avaliados sozinhos, não são suficientes para dar conta da resolução de um fato em sua completude. “É muito importante a gente ter vídeo? É muito importante. Mas eu falo todos os dias na redação: é fragmento de realidade. (...) A imagem ajuda, mas por trás dela tem toda uma história que tem que ouvir os dois lados<sup>24</sup>” (Benito, 2024).

A jornalista do O Globo, Vera Araújo, reforçou que o ofício do jornalista é imprescindível “checar a veracidade da informação e ouvir todos os lados envolvidos”, além de afirmar que a publicação de informações inverídicas favorece a atuação de agentes criminosos.

---

<sup>23</sup> Discurso proferido por Isabele Benito, apresentadora do SBT, no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

<sup>24</sup> Discurso proferido por Isabele Benito, apresentadora do SBT, no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

A gente tem que tomar muito cuidado com relação à contrainformação. Porque pelas redes sociais a gente sabe que muita gente se esconde ali com nomes fakes, com nomes inventados e cria uma rede pra ir contra o inimigo. “Ah, vou colocar aqui porque eu vou fazer com que o jornalista ou de repente alguma empresa use essa informação<sup>25</sup>”.

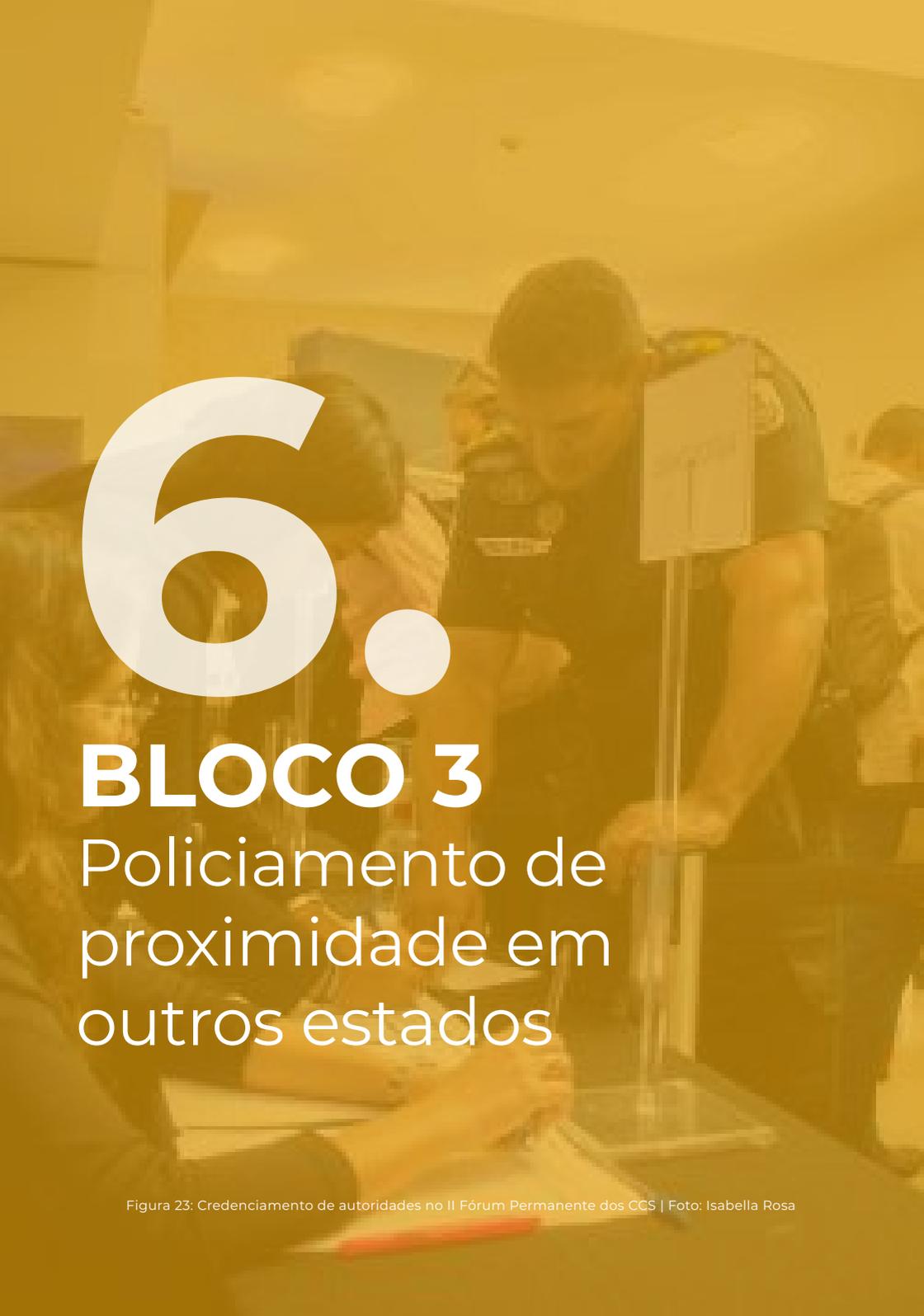
Em relação ao Rio de Janeiro, sua conjuntura política foi concebida como uma vitrine nacional e um cenário extremamente desafiador para o exercício do jornalismo. A esse respeito, Igor Marques comentou que percebe uma imagem marginalizada do Rio de Janeiro perante o restante do país, muitas vezes devido a um excesso da imprensa em oferecer mais cobertura aos acontecimentos negativos e criar espetáculos em torno da segurança pública fluminense.

De forma geral, os palestrantes do tema em questão conseguiram abordar diferentes aspectos do trabalho jornalístico que precisam ser observados com responsabilidade, garantindo que a população receba informações de qualidade e seja preservada de influências negativas que possam distorcer a realidade dos fatos.



---

<sup>25</sup> Discurso proferido por Vera Araújo no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.



# 6.

## **BLOCO 3**

Policiamento de  
proximidade em  
outros estados

Figura 24 – Palestrantes que compuseram o Bloco 3 no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Isabella Rosa

O Bloco 3 – Policiamento de proximidade em outros estados teve por finalidade promover a aproximação<sup>26</sup> e o intercâmbio de informações entre representantes estaduais das Polícias Militares do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, que trabalham de forma estreita com a população.

O encontro foi idealizado a partir da compreensão de que a integração na segurança pública pode e deve ser construída em diferentes camadas – da sociedade e do Estado –, rompendo barreiras não apenas políticas ou institucionais, mas também geográficas. Espera-se que, através dessa conexão incipiente, novos caminhos sejam abertos para a realização de iniciativas conjuntas em âmbito nacional, como, por exemplo, a realização de um primeiro fórum interestadual dos CCS (Matheus *et al.*, 2024).

---

<sup>26</sup> Tal movimento de aproximação foi iniciado, pela Coordenadoria dos CCS do Rio de Janeiro, em 2023 através do I Fórum Permanente dos CCS. Na ocasião, o painel **Experiência dos CCS em outros estados** reuniu representantes das polícias militares dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Goiás (Matheus *et al.*, 2024, p. 63).

Esse painel foi composto pelos seguintes nomes:

- Mediador – **Major PM Gustavo Matheus** (coordenador dos CCS)
- Palestrante – **Coronel PM Carlos Lucena** (chefe do COPOM<sup>27</sup>)
- Palestrante – **Tenente-Coronel PM Naíma Amarante** (instrutora do curso de Polícia Comunitária na SSP<sup>28</sup>/SC)

As trocas de experiências realizadas pelos palestrantes foram extremamente enriquecedoras. Temas como o combate às violências contra as mulheres e a perturbação do sossego estiveram em pauta mediante às exposições de casos de sucesso. Não obstante, as iniciativas apresentadas serviram como exemplos de que as inovações tecnológicas, quando bem empregadas, atuam como grandes aliadas no avanço das políticas de segurança pública.

De igual modo, a relação de confiança e de compartilhamento de saberes entre as polícias e os cidadãos provaram-se medidas indispensáveis para a efetividade do trabalho policial. “A gente só vai fazer segurança de verdade quando a gente tiver proximidade com a comunidade. (...) E como que a gente ganha respeito e confiança? Convivendo próximo!”<sup>29</sup> (Amarante, 2024).

A esse respeito, o Major PM Gustavo Matheus chamou a atenção para o projeto Rede de Vizinhos, implementado no Rio de Janeiro pelo Conselho Comunitário de Segurança da AISP 28 (Volta Redonda) e reconhecido pela Coordenadoria dos CCS como a ação vencedora do Prêmio CCS Inovação – 2024. O projeto Rede de Vizinhos está presente em todos os municípios de Santa Catarina e tem como objetivo reunir, em grupos de *Whatsapp*, diferentes representantes da segurança pública junto a alguns moradores para que possam comunicar-se instantaneamente, compartilhando informações estratégicas e urgentes.

---

<sup>27</sup> Centro de Operações da Polícia Militar, responsável por receber chamadas de urgência e emergência da população.

<sup>28</sup> Secretaria de Segurança Pública.

<sup>29</sup> Discurso proferido pela Tenente Coronel Naíma Amarante no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, dia 6 de agosto de 2024.

A Tenente-Coronel PM Naíma Amarante também detalhou as múltiplas abordagens da PM de Santa Catarina relacionadas à prevenção e erradicação dos casos de violência contra a mulher:

**I)** Botão do pânico – Integrado ao aplicativo da PM, permite que mulheres acionem a polícia de maneira mais rápida e eficiente.

**II)** Protetores do lar – Projeto que capacita estudantes do “ensino médio, fazendo com que esses adolescentes se tornem os protetores do lar pra impedir que haja violência doméstica na família ou que não perpetue essa questão da herança da violência”<sup>30</sup> (Amarante, 2024).

**III)** Conscientização de agressores – “Quando a gente começou a fazer, chamar os agressores, fazer uma palestra de conscientização, a falar com o agressor, a gente percebeu que 30% da reincidência de agressão, ela diminuiu”<sup>31</sup>; (Amarante, 2024).

**IV)** Amparo às vítimas – “Parceria com toda a comunidade, organizações e instituições que possam ajudar essa mulher vítima de violência”<sup>32</sup> (Amarante, 2024).

Sobre esse mesmo tema, o Coronel PM Carlos Lucena apresentou o conceito da Cabine Lilás, criada no âmbito do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) para concentrar todas as denúncias referentes aos crimes de violência contra a mulher e oferecer um atendimento especializado à população.

A Cabine Lilás foi uma catalisadora, foi uma centralizadora de todas as atividades dispersas no estado em prol da mulher, então a Cabine Lilás, ela conseguiu conjugar toda a rede de apoio à mulher. (...) A partir dali, além de ter o atendimento de emergência, passou a ter um atendimento mais fraterno, mais

---

<sup>30</sup> Discurso proferido pela Tenente Coronel Naíma Amarante no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.<sup>28</sup> Secretaria de Segurança Pública.

<sup>31</sup> Discurso proferido pela Tenente Coronel PM Amarante no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

<sup>32</sup> Discurso proferido pela Tenente Coronel PM Amarante no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

acolhedor, mais técnico. Então, o atendimento emergencial passou a ter um acompanhamento direto à violência doméstica<sup>33</sup> (Lucena, 2024).

A PM de São Paulo também opera com o botão do pânico, que está conectado à Cabine Lilás e funciona como um sistema que agiliza o acionamento das forças de segurança em prol da mulher.

Outra ação inovadora apresentada no fórum, implementada pela CO-POM de São Paulo, corresponde à utilização de inteligência artificial para a otimização dos atendimentos das demandas de perturbação do sossego. Conforme exposto pelo Cel. PM Lucena, esse tipo de denúncia ocupa, de forma disparada, a posição número um em volume de registros. Com a adesão da nova ferramenta tecnológica, a instituição alcançou um recorde: 188 chamadas simultâneas foram atendidas, o que equivale ao trabalho de 188 teleatendentes. De acordo com Lucena (2024), “a razão de ser da polícia é prestar serviço à comunidade”.

De forma geral, o painel expôs uma vitrine de políticas públicas de segurança bem-sucedidas, desenhadas visando sempre solucionar, ou ao menos diminuir, problemas de acordo com as necessidades da população. Os exemplos discutidos confirmaram a importância do contato entre polícia e sociedade para que as medidas adotadas pelas instituições estatais estejam em consonância com as reais necessidades dos cidadãos. Para que essa interação ocorra de maneira eficiente, foi destacada a importância da construção de vínculos a partir da convivência, do diálogo e da proximidade – elementos fundamentais para o fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Eu digo que os conselhos são a materialização da literatura de polícia de proximidade. Nós temos ali o estreitamento né, do Poder Público, das polícias de proximidade, tem o policiamento orientado ao problema a partir do momento de escuta à população para melhor aplicação dos seus recursos<sup>34</sup> (Matheus, 2024).

---

<sup>33</sup> Discurso proferido pelo Coronel PM Lucena no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

<sup>34</sup> Discurso proferido pelo Major PM Gustavo Matheus no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

# 7.

## BLOCO 4

O Uso da tecnologia  
na Segurança Pública

Figura 26 – Palestrantes que compuseram o Bloco 4 no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Isabella Rosa

O Bloco 4 – O uso da tecnologia na segurança pública teve por finalidade discutir o papel das inovações tecnológicas no setor, destacando o impacto positivo no combate à criminalidade e na prevenção de crimes, a partir de exemplos bem-sucedidos. Durante o painel, foram apresentados aplicativos e softwares desenvolvidos pelas polícias Civil e Militar. Também foi enfatizada a importância da integração informacional entre diferentes órgãos de segurança para facilitar o compartilhamento de informações e a coordenação em tempo real. O Coronel PM Leonardo Vale ressaltou que a tecnologia contribui para “ter mais celeridade no atendimento” e que é isso que o cidadão espera.

Esse painel foi composto pelos seguintes nomes:

- Mediador – Coronel. PM Leonardo Vale (Vice-presidente do ISP)

- Palestrante – Jeter Quaresma (Coordenador da COOVANT<sup>35</sup> /GSI<sup>36</sup>/RJ)
- Palestrante – Tenente Coronel PM Fábio Laviola (Subsecretário de Comando e Controle da SEPM)

O Coronel PM Fábio Laviola ressaltou os avanços da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com o lançamento de dois aplicativos inovadores: o 190 RJ e o Rede Mulher. O 190 RJ otimiza o atendimento de emergências ao eliminar algumas etapas de triagem e despachar viaturas diretamente para o local da ocorrência, utilizando a geolocalização do celular do solicitante. Isso permite uma resposta mais ágil e precisa em situações de emergência.

De todas as ligações de 190 que nós recebemos em nossos serviços de atendimentos de emergência, o que mais gera ocorrência em número um é a perturbação do sossego, em torno de 16%. O segundo colocado, em torno de 12, 13%, é a violência doméstica contra as mulheres<sup>37</sup> (Laviola, 2024).

Já o Rede Mulher, além de possibilitar o acionamento imediato da Polícia Militar através do botão de emergência, também oferece informações sobre centros especializados de proteção às mulheres, consulta aos órgãos mais próximos de cada localidade, socorro a amigos e familiares, acompanhamento de chamados do 190 e outras funcionalidades. “Tem o botão de pânico, ela aperta e já vai direto para o despacho de viaturas. Agora tá sendo criada a Sala Lilás, que vai ter uma integrante especializada para mulher vítima de violência”<sup>38</sup> (Laviola, 2024).

Outro ponto abordado na mesa foi o uso das *bodycams* e reconhecimento facial, cujos sucessos têm reverberado nos jornais. Segundo o Coronel PM Laviola, o Rio de Janeiro atualmente possui mais de 10 mil câme-

---

<sup>35</sup> Coordenadoria de Veículos Aéreos Não Tripulados.

<sup>36</sup> Gabinete de Segurança Institucional.

<sup>37</sup> Discurso proferido pelo Coronel PM Fábio Laviola no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

<sup>38</sup> Discurso proferido pelo Coronel PM Fábio Laviola no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

ras implantadas, com cerca de quatro a cinco mil câmeras on-line. Para o Coronel, “o PM tem que entender que as câmeras servem de defesa para ele, é como um EPI” (Laviola, 2024). As *bodycams* funcionam da seguinte forma: ao serem retiradas no posto de trabalho, começam a gravar automaticamente. A rotina fica registrada por 60 dias, enquanto as gravações geradas por chamados de ocorrências têm duração de 12 meses.

Quanto ao reconhecimento facial, o representante da Polícia Civil, Jeter Quaresma, salientou a importância dos drones na realização dessa e de outras atividades, como o acompanhamento do movimento de pessoas, contagem de grupos, identificação de suspeitos e uma gama de outras possibilidades.

Quando você fala em drone, o drone é uma aeronave, porque todo dispositivo que se sustenta no ar ele é considerado uma aeronave. A utilização do drone de forma incorreta incorre em crime. Eu coloco isso porque é um alerta que a gente tem que ter (...) porque considera-se muito aquele equipamento que pode ser equiparado a um brinquedo, mas não é um brinquedo. O drone é uma aeronave e ela está enquadrada em legislações<sup>39</sup> específicas da aeronáutica<sup>40</sup> (Quaresma, 2024).

O Coordenador da GSI acrescentou que o uso da tecnologia junto à segurança pública “minimizará muito mais os efeitos colaterais” (Quaresma, 2024) e sugeriu que as forças policiais adotem estratégias mais avançadas do que aquelas empregadas pelos criminosos, investindo em novas tecnologias.

No que se refere ao trabalho do GSI, Jeter explicou os campos de atuação da instituição e seu papel fundamental em apoiar outros órgãos. “Nós temos um treinamento aplicado às polícias (Militar e Civil), ao corpo de

---

<sup>39</sup> A esse respeito, foi citado o Decreto nº 47.613, de 21 de maio de 2021. Cria, sem aumento de despesa, o Sistema Estadual de Aeronaves Remotamente Pilotadas – SEARP – no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-47613-2021-rio-de-janeiro-este-ato-ainda-nao-esta-disponivel-no-sistema>. Acesso em: 21 fev. 2025.

<sup>40</sup> Discurso proferido pelo Jeter Quaresma no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

bombeiros, à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), mas também a todas as secretarias do estado, porque as atividades são as mais diversas”(Quaresma, 2024).

Em conclusão, o Bloco 4 destacou como a tecnologia tem transformado a segurança pública, trazendo maior agilidade e precisão às operações policiais. Conforme as palavras do Cel. PM Leonardo Vale (2024), “o que estamos falando aqui é economia de tempo, economia de meios, é qualificar a informação”.

# 8.

## **BLOCO 5**

*Desafios operacionais  
no combate ao crime  
organizado*

Figura 28 – Palestrantes que compuseram o Bloco 5 no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Philippe Lima

O Bloco 5 – Desafios operacionais no combate ao crime organizado teve por finalidade retratar as complexidades do cenário da segurança pública no Rio de Janeiro a partir da apresentação de suas causas multifatoriais. Dispositivos jurídicos inócuos à redução da criminalidade, coberturas midiáticas radicais às fragilidades estatais, domínios territoriais altamente armados e dinâmicas criminais de alcances interestaduais foram alguns dos tópicos esmiuçados.

Ambas as palestras se destacaram pela riqueza na apresentação de dados e pelo detalhamento nas descrições de realidades sensíveis, porém necessárias de serem encaradas e expostas com o devido cuidado e responsabilidade. Como saldo final, palavras de otimismo ascenderam em todos a esperança de que, apesar dos desafios, é possível reduzir a escalada da violência por meio da inteligência, da integração e da colaboração de todos os setores da sociedade.

Esse painel foi composto pelos seguintes nomes:

- Mediador – Coronel PM André Batista (COE<sup>41</sup> PMERJ)
- Palestrante – Coronel PM Uirá Ferreira (subsecretário de inteligência da PMERJ)
- Palestrante – Dr. Fabrício Oliveira (CORE<sup>42</sup> PCERJ)

Na fala inicial do Dr. Fabrício Oliveira, foi apontado como a legislação penal brasileira dificulta o trabalho da polícia, já que ela não prevê a retenção no sistema prisional, por muito tempo, de indivíduos que cometeram crimes graves. Além disso, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental<sup>43</sup> (ADPF) 635<sup>44</sup>, que regula as operações policiais em comunidades fluminenses, foi citada como prejudicial para o enfrentamento da criminalidade violenta.

Se a gente for analisar a legislação aqui do nosso país, a gente tem uma legislação muito branda com a criminalidade violenta. O criminoso que é condenado pelo latrocínio ou por homicídio qualificado, normalmente de 6-7 anos ele volta ao convívio social. Isso é muito grave. Um traficante, por exemplo, que é preso com um fuzil, com uma mochila com diversos carregadores... Um pouco mais de um ano ele é liberado porque ele é condenado apenas por associação para o tráfico e também com a causa de aumento de pena de utilização de arma de fogo<sup>45</sup>.

A gente tem uma ADPF em vigor, ADPF 635 que proíbe operações regulares e permite apenas operações que são desencadeadas em alguma situação absolutamente excepcional, após a polícia abrir protocolos, realizar comunicações. Então, na prática, o trabalho da polícia tá um pouco mais restrito e a gente percebe que isso tem fortalecido facções criminosas em seus redutos<sup>46</sup> (Oliveira, 2024).

---

<sup>41</sup> Comando de Operações Especiais (COE) da PMERJ.

<sup>42</sup> Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ).

<sup>43</sup> Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um instrumento jurídico de proteção aos direitos fundamentais da constituição. O Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão responsável por admitir e avaliar o mérito de cada proposta de ADPF.

<sup>44</sup> A ADPF 635, conhecida como ADPF das favelas, estabeleceu uma série de restrições e procedimentos para a realização de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro.

Sobre a militarização do crime, foram exibidas no telão imagens de armas de guerra sendo utilizadas por criminosos no Rio de Janeiro. Também foram mencionadas práticas de guerrilha adotadas pelas organizações criminosas para exercer domínio territorial, como o uso de fuzis automáticos, explosivos improvisados, barricadas<sup>47</sup> e seteiras<sup>48</sup>.

Figura 29 – Dr. Fabrício Oliveira no II Fórum Permanente dos CCS



Foto: Isabella Rosa

Dando continuidade à exposição, o Coronel PM Uirá indagou, respondendo em seguida: “Por que o crime organizado se apossou do território? Controle de serviços!” Internet, cesta básica, botijões, moto táxi, vans, sinal de TV clandestino e comércio foram sublinhados como os principais exemplos desses serviços controlados por criminosos.

Há 20 anos atrás a gente falava (...) que a bala que nos matava era da droga. E eu falo hoje com toda tranquilidade (...) que a bala, hoje, ela é de cobre. Exatamente o fio que é cortado, que essas organizações criminosas também passaram a explorar. (...) Então a maior parte do faturamento das facções, narcomilícias, como vamos definir, ela não vem mais da venda de drogas, ela vem dos serviços sob concessão<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Discurso proferido por Uirá Ferreira no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

A respeito da extensão da criminalidade, o Coronel PM Uirá Ferreira explicou que “hoje as facções do Rio de Janeiro avançaram para todo o território nacional, disputando com o PCC do estado de São Paulo” (Ferreira, 2024) e que a rota da droga passa por diferentes estados nacionais e países.

A droga vem pro Mato Grosso, passa por São Paulo, chega no Rio, vai pra África e pra Europa. Alguma parte fica aqui pra venda. E o Rio de Janeiro é o estado com o maior consumo de drogas do Brasil. E o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo<sup>50</sup> (Ferreira, 2024).

Por fim, o subsecretário de inteligência da PMERJ enfatizou que “o problema hoje do Rio de Janeiro é um problema nacional” e, por isso, necessita de um trabalho conjunto entre o estado e a federação. Com grande convicção, ele também afirmou: “Nós vamos chegar a uma solução, por mais que ela seja difícil, dolorosa, mas nós precisamos da participação de outras forças, de outras instituições nesse combate” (Ferreira, 2024).

Dando encerramento ao bloco, o mediador Coronel PM André Batista aproveitou para lembrar da importância da participação social na construção das políticas de segurança pública. “Os Conselhos Comunitários de Segurança são muito importantes pra gente mudar essa realidade. É conversando, é nos colocando nessa situação aqui que a gente vai chegar a reverter esse quadro” (Batista, 2024).

---

<sup>50</sup> Discurso proferido por Uirá Ferreira no II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança, no dia 6 de agosto de 2024.

II FÓRUM PERMANENTE DOS  
CONSELHOS  
COMUNITÁRIOS  
DE SEGURANÇA

9.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 31: Equipe do ISP no II Fórum Permanente dos CCS – agosto de 2024



Foto: Philippe Lima

Em um período de comemoração pelos 25 anos dos CCS<sup>51</sup> e do ISP<sup>52</sup>, a segunda realização do Fórum Permanente dos CCS coroou o sucesso dessas políticas públicas ao reunir, em um único evento, o melhor desses dois universos. Traçando um paralelo entre o que a população percebe e o que os dados estatísticos demonstram acerca das incidências criminais, o tema norteador desta edição foi: “o papel da comunicação na percepção de segurança”.

---

<sup>51</sup> Os Conselhos Comunitários de Segurança foram criados pela Resolução SSP nº 263, de 26 de julho de 1999. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2022-05/legislacaoCCSmar2003.pdf>. Acesso em: 19 dez. de 2024.

<sup>52</sup> O Instituto de Segurança Pública foi criado pela Lei nº 3329, de 28 de dezembro de 1999. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/228180/lei-3329-99>. Acesso em: 19 dez. 2024.

A solenidade também celebrou a conquista, no calendário oficial do estado, da data 5 de julho como o Dia do Conselheiro Comunitário de Segurança<sup>53</sup> e o grande resultado inédito: o alcance de 80 CCS ativos em todo território fluminense.

Além disso, com a adoção de um método estruturado para a apresentação de demandas dos conselheiros e a participação de palestrantes representantes de CCS de outros estados, o evento incentivou, mais uma vez, o fomento ao trabalho integrado tanto em nível regional (RISP) quanto interestadual<sup>54</sup>. Tais iniciativas conferem ao Fórum Permanente dos CCS uma identidade singular, caracterizando-o como um agente potencializador da integração e um articulador de redes. Algumas das ações implementadas ensaiam a estruturação de novos modelos de cooperação e intercâmbio de informações entre os conselhos de uma mesma região, em nível estadual e nacional. Cabe ressaltar que essas conexões, apesar de promissoras, ainda foram pouco exploradas até então, o que coloca a Coordenadoria dos CCS do ISP em uma posição de vanguarda na aproximação com conselhos de outros estados.

Dessa forma, o contexto em que se realizou o II Fórum Permanente dos CCS foi marcado por uma série de acontecimentos que expandem o importante papel dos Conselhos Comunitários de Segurança na participação social e na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Nesse aspecto, o evento em questão se destaca como um símbolo de não apenas uma, mas de muitas vitórias empreendidas para preservar a comunidade CCS durante tantos anos, e posicioná-la em um processo de crescimento e aperfeiçoamento contínuo.

---

<sup>53</sup> O Dia do Conselheiro Comunitário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro foi criado pela Lei nº 10.332, de 16 de abril de 2024. Disponível em: [https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-04/Lei\\_10332\\_Dia\\_Conselheiro\\_Comunitario\\_Seguranca.pdf](https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-04/Lei_10332_Dia_Conselheiro_Comunitario_Seguranca.pdf). Acesso em 19 dez. de 2024.

<sup>54</sup> A primeira vez ocorreu na edição de 2023 do I Fórum Permanente dos CCS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**. Serviços Compartilhados. [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MATHEUS, Gustavo Castanheira. *et al.*. **Manual dos Conselhos Comunitários de Segurança**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-11/ManualCCS2022.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024..

MATHEUS, Gustavo Castanheira. *et al.*. **Relatório do I Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança** (2023). Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-06/Relat%C3%B3rio%202024%20%20I%20F%C3%B3rum%20Permanente%20dos%20CCS.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 47.613, de 21 de maio de 2021**. Disponível em: [http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra\\_edicao.php?k=7720E38B-D20P2-4547-8593-57CA7E4B794C](http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=7720E38B-D20P2-4547-8593-57CA7E4B794C). Acesso em: 26 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3329, de 28 de dezembro de 1999**. Cria o instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e dá outras providências Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/228180/lei-3329-99>. Acesso em: 19 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO **Lei nº 10.332, de 16 de abril de 2024**. Disponível em: [https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-04/Lei\\_10332\\_Dia\\_Conselheiro\\_Comunitario\\_Seguranca.pdf](https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-04/Lei_10332_Dia_Conselheiro_Comunitario_Seguranca.pdf). Acesso em: 19 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Resolução SSP nº 263, de 26 de julho de 1999**. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2022-05/legislacaoCCSmar2003.pdf>. Acesso em: 19 de dez. de 2024.19/12/2024.



**Conselho Comunitário  
de Segurança - RJ**



Secretaria da  
Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**